



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 143/XII/ 3.ª SL

Aos 24 dias do mês de junho de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

(1ª Parte)

Audição do Embaixador da União Europeia em Washington, João Vale de Almeida, sobre a Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimento, a situação na Ucrânia e a proteção de dados. (conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus)

(2ª Parte)

1. Informações.

2. Aprovação de Pareceres:

- Proposta de Resolução nº 73/XII/3ª - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Governo da República da Turquia sobre cooperação no domínio da indústria de Defesa, assinado em Ancara, em 7 de novembro de 2013";

Deputada Relatora: Maria Ester Vargas (PSD)

- Proposta de Resolução nº 74/XII/3ª - "Aprova a Convenção relativa à Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal, adotada em Estrasburgo, em 25 de janeiro de 1988, conforme revista pelo Protocolo de Revisão à Convenção relativa à Assistência Mútua em Matéria Fiscal, adotado em Paris, em 27 de maio de 2010";

Deputado Relator: Feliciano Barreiras Duarte (PSD)

3. Apresentação dos Relatórios referentes à participação da Assembleia da República na IV Conferência Interparlamentar sobre a Política Externa e de Segurança Comum/Política Comum de Segurança e Defesa (PESC-PCSD) e na Reunião Informal de Chefes de Delegação dos Parlamentos do Sul, no âmbito da Conferência Interparlamentar da PESC-PCSD, realizadas em Atenas, em 3 e 4 de abril de 2014.

Deputada Maria Gabriela Canavilhas (PS).

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 143/XII/ 3.ª SL

4. Plano de Atividades da Comissão - Concretizações previstas para a 4ª Sessão Legislativa da XII Legislatura (2014/2015) e Orçamento para 2015;
5. Outros assuntos.

(1ª Parte)

Audição, conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus, do Embaixador da União Europeia em Washington, João Vale de Almeida, sobre a Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimento, a situação na Ucrânia e a proteção de dados.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu as boas vindas ao Sr. Embaixador da União Europeia em Washington, João Vale de Almeida, e cumprimentou os membros das duas Comissões presentes. Informou que o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Paulo Mota Pinto, não poderia estar presente por estar na Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República Federal da Alemanha. De seguida informou como decorreria a audição e deu a palavra ao Sr. Embaixador.

O Sr. Embaixador João Vale de Almeida começou por louvar a Assembleia da República, e em particular as Comissões parlamentares envolvidas na organização desta audição, pelo interesse manifestado na questão da Parceria Transatlântica que está em negociação desde há um ano. É a mais importante relação bilateral da UE e destacou o facto de se tratar dos dois maiores blocos económicos do mundo, com uma pequena vantagem para a UE. Começou por referir que o balanço pessoal que faz após 4 anos em Washington é positivo. Quando chegou a Washington, o Presidente Obama disse que não ia à Cimeira a Roma porque não via razão para reunir com dirigentes da UE. Nessa altura a sua focalização total era sobre a Ásia. O discurso político era orientado para parceiros não europeus e não tradicionais dos EUA. Nestes últimos quatro anos houve uma evolução significativa relativamente à Europa, o Presidente Obama deslocou-se a Bruxelas duas vezes em três meses, é um defensor do G8 e vemos a administração americana profundamente empenhada no

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 143/XII/ 3.ª SL

aprofundamento da relação transatlântica. Esta alteração decorreu do facto dos EUA terem perdido a ilusão com outros parceiros e conhecerem melhor a UE agora. A crise da zona euro permitiu que o Presidente Obama conhecesse as fraquezas europeias mas também o potencial da relação transatlântica, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista geoestratégico. A relação transatlântica é fundamental para a afirmação da Europa e dos EUA na cena mundial e se a relação for forte estaremos em melhores condições para enfrentar uma série de desafios. Identificou quatro áreas em que a relação entre os EUA e a UE é fundamental e em que se registou uma evolução positiva dos dois lados:

- Parceria transatlântica,
- Negociação com o Irão (questão nuclear iraniana),
- Questão ucraniana e
- Energia.

Concluiu mencionando a qualidade da relação transatlântica, no respeito das diferenças, mas conscientes do interesse recíproco num trabalho comum.

O Sr. Presidente agradeceu a exposição inicial e sugeriu que o Sr. Embaixador abordasse de forma mais detalhada as quatro áreas que tinha identificado.

O Sr. Embaixador João Vale de Almeida disse que o TTIP é um projeto de reaproximação entre os EUA e a UE no plano económico bilateral, que visa reduzir ou eliminar os obstáculos tarifários às trocas e ao investimento, visa criar emprego e crescimento económico e a afirmação das partes a nível mundial. Os dois parceiros são responsáveis por 40% das trocas de serviços no mundo e 1/3 de trocas de mercadorias e os números de investimento são enormes, pelo que se apresentam em conjunto com muito maior peso junto dos países emergentes e no apoio aos países em desenvolvimento e têm maiores capacidades no domínio da inovação e da regulação dos novos produtos. Tem uma dimensão bilateral forte mas também estratégica. A negociação é feita com base no mandato conferido pelos Estados membros e o Parlamento Europeu terá o voto final relativamente ao Acordo. O que se negocia é sobretudo a redução das tarifas que, embora sejam relativamente baixas, cerca de 4%, têm picos totalmente inexplicáveis dos dois lados e que nalguns casos não fazem sentido. Um dos principais obstáculos tem a ver com diferenças

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 143/XII/ 3.ª SL

regulatórias dos dois lados, mas afirmou que não se deseja diminuir o nível de proteção dos trabalhadores ou dos consumidores ou do ambiente. A UE não modificará a legislação fundamental por causa deste acordo. Referiu disposições no acordo que têm incidência não apenas bilateral, como a proteção da propriedade intelectual, em que considera que juntos é possível impor regras mais claras. Relativamente ao Irão, referiu que Catherine Ashton tem estado reunida com os iranianos e os negociadores têm o deadline até 20 de julho para concluir, estando a redigir o acordo final, embora haja ainda algumas zonas de diferença. O Irão tem uma posição central naquela região do mundo, portanto qualquer acordo com o Irão tem um impacto sistémico naquela região. Relativamente à Ucrânia, disse que a UE foi confrontada pelo Presidente Putin com uma situação intolerável de violação das regras internacionais e há duas linhas de ação concretas e conjuntas: por um lado, ajudar os ucranianos no combate à corrupção, a construir um Estado do direito e uma democracia sólida, por outro lado, importa manifestar de forma veemente o repúdio ao Presidente Putin. Tem existido uma convergência entre os EUA e a UE quanto às sanções e quanto à posição de não aceitação de mais nenhuma violação do que são as regras de convivência comum. Quanto à energia, a Europa é altamente dependente do exterior e não tem um mercado interno da energia, pelo que está a perder competitividade, autonomia e independência no domínio energético. Se houve alguma vantagem na atitude do Presidente Putin foi a de tornar consciente a Europa da necessidade de criar medidas que visem diminuir a dependência neste domínio. Não se pode falar nesta questão sem falar nas alterações climáticas, no ambiente em geral e na competitividade. Nos EUA houve nos últimos anos uma verdadeira revolução energética. Os americanos têm uma energia 30% mais barata que os europeus e estão próximos de se tornarem autónomos e esta situação decorreu da utilização do gás de xisto, o que tem consequências económicas também para a Europa. Concluiu referindo que a energia é política externa também.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) agradeceu a presença do Sr. Embaixador e disse que não estranhou a intervenção inicial sobre a forma como os EUA olhavam para a Europa. O Acordo tem duas dimensões: tem a ver com o equilíbrio, entre os EUA e a Europa, mas também tem a ver com o equilíbrio ou desequilíbrio que pode causar no mundo a criação deste bloco económico. Perguntou que tipo de impacto

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 143/XII/ 3.ª SL

pode ter o TTIP para o resto do mundo do ponto de vista geoestratégico. No domínio da energia, que tipo de proteção de direitos se encontra consagrado e, a concluir, perguntou se o acordo vai ou não facilitar a circulação de pessoas entre os EUA e a UE.

O Sr. Embaixador João Vale de Almeida disse que este não é um acordo contra o resto do mundo e exemplificou com os acordos de Doha que se encontram ainda num impasse, ao contrário do acordo concluído em Bali, no ano transato, porque há uma convicção segura dos EUA e da UE sobre o que querem fazer. No entanto, concordou que o Tratado ao reforçar a posição das partes contratantes vai ter impacto junto dos restantes parceiros. Em vez de ser um elemento negativo, o acordo pode até estimular o multilateralismo. Quanto à circulação das pessoas, referiu que existem ainda alguns Estados-membros que não têm visto para entrar nos EUA.

A Sr.ª Deputada Gabriela Canavilhas disse que gostaria de ouvir o Sr. Embaixador sobre os pontos frágeis do Tratado que ficam expostos e mencionou a exceção cultural que a Europa conseguiu inscrever no Tratado e que garante à Europa a salvaguarda das suas especificidades. Mencionou ainda o facto de ser o Eurodeputado Vital Moreira no Parlamento Europeu que tem acompanhado esta negociação. Relativamente ao grande dano que a Europa sofreu com a desregulação do sistema financeiro a nível mundial, perguntou qual é a garantia que uma crise desta natureza não voltará a acontecer.

O Sr. Embaixador João Vale de Almeida começou por prestar homenagem ao Eurodeputado Vital Moreira pelo conhecimento e entusiasmo com que tem acompanhado este dossier. Quanto aos pontos frágeis do Acordo, referiu que ainda não existem, mas pode identificar quais os pontos mais difíceis: em primeiro lugar, os concursos públicos e referiu o facto de os americanos terem muitas disposições que protegem os produtores nacionais; em segundo, a questão das denominações de origem protegida que é muito sensível para Portugal e, de forma geral, para a Europa mas que tem encontrado resistência do lado americano; em último lugar, os serviços financeiros e referiu ainda que considera que o Tratado deve ter um capítulo financeiro, com níveis de exigência e garantia em termos de regulamentação

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 143/XII/ 3.ª SL

financeira. A fragilidade maior do acordo é poder ficar refém de interesses muito específicos e que pode levar a que se perca a visão de conjunto. Quanto à exceção cultural, disse que a reação americana foi negativa e que foi uma concessão feita à Europa, mas disse que era importante juntar a esta questão as novas tecnologias que abrem novas oportunidades também para a Europa.

O Sr. Deputado Rui Barreto (CDS-PP) disse que já muito foi dito sobre as vantagens deste acordo, mas é importante perceber algumas questões, designadamente quanto à redução das barreiras alfandegárias e à normalização, dado que os standards europeus são muito mais exigentes que os americanos. Importa também perceber, para além dos pontos frágeis, quais as ameaças que podem resultar para a Europa e, especificamente no caso português, que sectores podem ser mais ameaçados. Quanto à questão energética, concorda com o que foi dito pelo Sr. Eurodeputado Vital Moreira que disse que só por causa desta questão, já valia a pena assinar este acordo. Portugal pode beneficiar neste domínio, perguntou a concluir.

O Sr. Deputado Ribeiro e Castro (CDS-PP), que se encontrava no momento a presidir à reunião, começou por referir que Portugal teoricamente é um dos países que mais beneficia com a celebração deste acordo, embora se assista recentemente à manifestação de receios por parte de diversos sectores. O S.E. Bruno Mações disse que o Governo pediu um estudo sobre o impacto e perguntou se havia noção dos sectores que poderiam ser prejudicados. De seguida, falou na questão da Crimeia e considerou que era importante, independentemente do que foi acordado entre a Ucrânia e a Rússia, que se voltasse à situação anterior.

O Sr. Embaixador João Vale de Almeida disse que vão iniciar a 6ª ronda, em julho, em Bruxelas. Quanto à questão regulamentar relativamente a matérias em que possa haver reconhecimento mútuo, exemplificou com a questão dos automóveis produzidos nos dois lados do Atlântico, para referir que embora sejam diferentes, por razões meramente administrativas, os níveis de segurança são idênticos. Terá de haver um reconhecimento mútuo como aconteceu a nível da UE. Nada disto será feito em detrimento dos níveis atuais de proteção do ambiente, dos consumidores ou dos trabalhadores. Quanto à energia, referiu a abertura do Canal do Panamá que pode ter

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 143/XII/ 3.ª SL

incidência em Portugal relativamente a Sines. Portugal tem um enorme potencial e apelou a que haja um debate e que este tema seja desde já colocado na agenda.

A Sr.ª Deputada Paula Baptista (PCP) o que serão os benefícios para Portugal resultantes deste acordo, considerando que as multinacionais que aqui estão instaladas produzem para exportação mas com pouca sensibilidade para as políticas sociais e económicas nacionais. Do ponto de vista estratégico, este acordo terá um impacto diferenciado nos vários Estados-membros e não vê com o mesmo otimismo o impacto no nosso país. Somos um país periférico, envelhecido, com um interior desertificado e carente de políticas sociais. Neste acordo, os cidadãos serão vistos sempre como consumidores. A concluir falou na questão da proteção de dados e na indefinição que existe e das consequências, por exemplo, na mobilidade dos cidadãos.

O Sr. Embaixador João Vale de Almeida disse, em relação às empresas multinacionais, que, após a celebração do acordo, as empresas não precisarão de fazer ajustamentos, que grandes empresas conseguem fazer, mas não as PME's. A UE não está disposta a sacrificar a proteção ambiental, laboral, em termos de saúde para a celebração deste acordo. Portugal não é periférico na relação transatlântica, está justamente no meio. Em relação à proteção de dados, conhece de perto este problema, até porque de acordo com o Der Spiegel o seu telefone foi objeto de escuta. Estamos a negociar esta matéria, fora do Acordo, com vista a salvaguardar os interesses europeus. Quanto à Crimeia, em resposta ao Sr. Deputado Ribeiro e Castro, disse que a UE considerava inaceitável a situação e que recentemente foi decidido não aceitar produtos da Crimeia que não tenham certificado ucraniano.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, disse que se tinha concluído a primeira ronda e dado que havia Deputados inscritos para a segunda ronda, considerou que não haveria condições para, finda a audição, prosseguir com os restantes pontos previstos na agenda da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, o que foi consensualmente aceite.

O Sr. Deputado Gabriel Goucha (PSD) perguntou, quanto à resolução de conflitos, dado que está a ser negociado um mecanismo alternativo de resolução de conflitos,

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 143/XII/ 3.ª SL

que tem levantado problemas dos dois lados do Atlântico, se poderia dar informação atualizada.

O Sr. Deputado Carlos Páscoa Gonçalves (PSD) disse que está preocupado com os países do sul da Europa, com programas de ajustamento, que tiveram que fazer fortes ajustes em matéria tributária, pelo que questionou como ficariam estes países em termos de competitividade.

O Sr. Embaixador João Vale de Almeida começou por referir que este mecanismo de resolução alternativa de litígios está atualmente em debate público, mas não é novo, pois já existe em acordos de investimento bilaterais. Quanto às consequências para os países do sul da Europa, e mais especificamente para Portugal, disse que há dados suficientes de que deve preparar-se para as oportunidades de abertura do mercado americano. Portugal pode sair vencedor mas tem que haver um trabalho de base e manifestou regozijo pelo debate em curso porque é condição para abertura às oportunidades. A concluir, disse que Portugal não pode ficar indiferente à qualidade do reforço do relacionamento bilateral.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, agradeceu ao Sr. Embaixador a valiosa contribuição que deu para o debate em curso.

Tendo sido adiados os restantes pontos da ordem de trabalhos e não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 17:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 27 junho 2014.

O PRESIDENTE



(SÉRGIO SOUSA PINTO)

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 143/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carlos Páscoa Gonçalves
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Laurentino Dias
Maria de Belém Roseira
Maria Ester Vargas
Maria Gabriela Canavilhas
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Ângela Guerra
António Rodrigues
Ferro Rodrigues
José Lino Ramos
Paulo Simões Ribeiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Jorge Rodrigues Pereira
Maria João Ávila
Pedro Silva Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Helena Pinto
Paulo Pisco